

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA
NO DIA VINTE DE JUNHO DE DOIS
MIL E ONZE.*****

____ Aos vinte dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida, Presidente da Assembleia, secretariada por João Fernando Barbosa Dias e Ilda Maria Cardoso Valente, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pelo funcionário da Câmara Municipal Manuel Gentil Teixeira Jorge. ***

____ **ORDEM DE TRABALHOS: *****

____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA*****

____ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29.04.2011;***

____ 2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

____ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA*****

____ 1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, DATADA DE 29 DE ABRIL DE 2011, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;***

____ 2. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;***

____ 3. DOCUMENTOS PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2010.**

____ 4. MAPA DE PESSOAL PARA 2011 E PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S.***

____ **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.*****

____ Presentes os membros: Abel Duarte Barbosa; Alfredo Trindade da Rocha; José Pinto Miguel em representação da Junta de Freguesia de Bairros, António Filipe Moura Fernandes; António Gouveia Coelho,

António Pedro Maldonado Martins Carvalho, Artur José Freitas de Sousa; Daniel António Correia Mendes da Rocha, Carlos Alberto Carmo Teixeira, Gina Maria Moreira, Giselda Martins Sousa Neves; Joaquim Luís Vieira Martins; Jorge Humberto Castro Rocha Quintas; José António da Costa Moreira da Rocha, José António Santos Vilela; José António da Silva Rocha; José Vieira Gonçalves; José Vieira Pinto; Nuno Miguel da Silva Sousa em representação da Junta de Freguesia de Real, Manuel António Rocha Pereira; Manuel Duarte Mendes; Carlos Alberto Barbosa Moreira em representação da Junta de Freguesia de S. Martinho, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro; Maria da Graça Soares de Sousa; Maria Celeste José dos Santos, António Silva Pinto, Arlindo Manuel Silva Alves.***

____ Presentes da Câmara Municipal, o Presidente da Câmara, Dr. Gonçalo Rocha, Vice-Presidente Senhor António Rodrigues, e Vereadores Senhor José Manuel Carvalho, e Vanessa Pereira. ***

____ Faltou por motivo justificado o membro, Cátia Cristina Gomes Rodrigues, e nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Arlindo Manuel Silva Alves; ***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro João Pedro Nogueira Costa Campos, por trinta dias por motivos profissionais. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto António Silva Pinto.

____ Pediu a suspensão de mandato o membro Maria de Lurdes de Bessa Sousa, por cinco dias, por motivos profissionais. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Maria Celeste José dos Santos; ***

____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. *****
____ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29.04.2011.

____ Presente a acta da sessão ordinária de 29.04.2011, de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal. ***

____ Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que no verso da página 148 onde diz “Joaquim Quintas” deverá constar “Jorge Quintas”.

____ Usou da palavra o membro Dr. Gouveia Coelho que referiu que havia uma votação na última reunião em que não constava a identificação de que se tinha abstdio, assim como da sua presença ou ausência, e que não tinha conhecimento se tinha sido rectificado.

____ O Senhor Presidente da Mesa referiu que uma vez que a secretaria habitual se encontrava ausente não poderia responder se tinha havido as rectificações referidas.***

____ Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria com quatro abstenções, do PSD (Carlos Alberto Barbosa Moreira, Nuno Miguel da Silva Sousa, José Pinto Miguel e Dr. António Pedro Maldonado Martins Carvalho) e os votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida acta.***

2. – ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado que referiu que em nome da bancada do PSD ressalvava a recente vitória que o Partido Social Democrático teve nas últimas Eleições Legislativas e da qual tinha resultado um novo ciclo para o País, assim como uma nova maioria parlamentar na Assembleia da República que levará o nosso País, a reencontrar-se rapidamente, que nos retire do ponto a que se chegou com uma governação que nos últimos anos foi o que foi, e por isso o resultado das Eleições. Em nome do PSD congratulavam-se com esta vitória. Referiu ainda que deveriam estar atentos àquelas reivindicações que agora iam aparecer, que ia haver um disparo do que foi feito, do que deveria ter sido feito, e que achava que tinha muito a ver com o nosso concelho. Referiu ainda que tinham que também ler o Memorando com a Troika que foi assinado com o Fundo Monetário Internacional, com o Banco Central Europeu e com a Comissão Europeia. Que era um documento que nos iria condicionar a vida no futuro, e que nos iriam ser

pedidos grandes sacrifícios e que tinham que estar preparados para isso. Por último referiu que a Bancada do PSD depositava toda a confiança no Governo que iria ser empossado, presidido pelo Dr. Passos Coelho assim como à sua equipa de grande técnica e qualidade.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura que colocou algumas questões ao Executivo sobre um buraco que tinha sido feito na Urbanização da Devesa, e que gostaria de saber qual o efeito do mesmo, se tinha servido as intenções de quem o tinha pedido, pois há dias estavam duas crianças junto ao mesmo, que este tem três metros de profundidade, está com água, provavelmente de fossas, e na sua opinião deveriam estar mais atentos pois se alguma criança lá cair, de quem será a responsabilidade? Solicitou esclarecimento sobre o ponto da situação da Zona Industrial da Cruz da Carreira, se havia projecto, se tinha sido aprovado e se tinha sido feito candidatura e qual a situação da mesma. Quanto à questão da estrada Municipal 502-1 do troço da Cruz da Carreira – Greire que tinha muito trânsito, que já tinha pedido sinalização, colocação de rail, assim como a marcação das passadeiras. Solicitou informação da ligação de água na Boca da Lapa, pois apenas faltava fazer a ligação, e já tinha falado sobre este assunto várias vezes, e que na última sessão da Assembleia de Freguesia o Senhor Vereador José Manuel Carvalho tinha dito que ia tratar deste assunto, mas gostaria de saber se vão fazer a ligação ou não.***

____ Usou da Palavra o representante da Junta de Freguesia de Real, Senhor Nuno Sousa, que começou por referir que as cadeiras da sala da Assembleia Municipal deveriam ter apoio para escrever, pois tratava-se de uma sessão de trabalho. Referiu-se à Escola EB1 de Real e a todas as Escolas EB1 do Concelho de Castelo de Paiva e dos Jardins de Infância. Que era com preocupação que via o encerramento de quatro escolas na Freguesia de Real e que neste momento tinham apenas uma escola e acreditava que de futuro esta também estaria em causa. Que na sua opinião Castelo de Paiva tinha este problema e deveria ter um projecto de fundo para o ordenamento das Escolas EB1. No futuro, se corrermos os riscos de estarmos à espera que nos ditem as regras, poderá acontecer o que aconteceu na área da saúde. Quanto ao saneamento do Loteamento

do Vale da Mota, apesar de reconhecer todo o esforço desenvolvido pelo Senhor Vice-Presidente, o problema mantinha-se, mas o que estava a reivindicar não era uma solução provisória, mas sim o saneamento como um todo para o Concelho. A Freguesia de Real era um terço do território do Concelho, e não podemos deixar mais de metade do território sem qualquer infra-estrutura de saneamento ou até escolar, e que o Executivo tinha de fazer exigências junto das entidades que irão fazer a rede de saneamento, pois Castelo de Paiva só será próspero no futuro se conseguir uma rede de saneamento abrangente ao território de Castelo de Paiva, e não só uma parte. O problema do saneamento do Vale da Mota seria resolvido provisoriamente, mas que teremos de pensar em termos futuros.***

_____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para referir que em relação à intervenção do Dr. Pedro Maldonado felicitava os vencedores do PSD e do CDS e desejou-lhes com sinceridade um bom trabalho e muitos êxitos para o nosso País e para o nosso Concelho.

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Para responder às questões que lhe foram colocadas, e começou por responder ao representante da Junta de Freguesia de Real relativamente aos pólos escolares que tinham sido discutidos no âmbito do Conselho Municipal de Educação e depois de terem sido submetidos por várias vezes o projecto a candidatura da EB1 de Real, todas elas foram reprovadas pelas razões que se prendem com o número de alunos que não eram suficientes para o funcionamento de um pólo escolar. Que tínhamos uma carta escolar aprovada em 2006 mas não se conseguia cumprir com os requisitos exigidos e como tal tinham de ser revistos, que o trabalho já tinha começado com a elaboração do projecto pelo Centro Escolar do Couto Mineiro do Pejão. Que neste momento havia um quadro comunitário de apoio e que havia uma oportunidade de investimento e não iriam desperdiçá-la. Que iriam fazer a agregação à actual EB2/3 do Couto Mineiro aproveitando os equipamentos sociais existentes e as actuais instalações de forma a que tivéssemos uma escola que englobasse todos os ciclos desde o primário, segundo e terceiro ciclos. Mas a realidade era que tinha vindo a decrescer o número de alunos em Castelo de Paiva. Referiu que gostaria de ter mais alunos por forma a

manter escolas em funcionamento mas tornava-se praticamente inviável face às regras e à legislação em vigor, e neste momento era prioritário aproveitar o Quadro Comunitário que tinha de avançar nesta área. Quanto ao saneamento e apesar de ser o Senhor Vice Presidente a responder às questões apresentadas acrescentou que a SIMNDOURO está a avançar com o investimento com a construção do saneamento em alta, que já estava previsto há vários anos, mas para a freguesia de Real havia alguma dificuldade em agregar o projecto, mas não queriam dizer que não ia ser feito e que a Câmara Municipal iria investir dinheiro nesta solução.***

_____ Usou da palavra o Senhor Vice-presidente para se referir ao saneamento do Vale da Mota, disse que tinham estado no local com um elemento da Junta de Freguesia, com a equipa Técnica da Câmara Municipal, e que tinham três propostas para avaliar a situação e que iriam analisar com a Junta de Freguesia e avançar o mais rápido possível para o terreno. Quanto à Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura sobre a 222-1 referiu que recentemente um empreiteiro começou a fazer um levantamento e orçamento das situações mais críticas desde Greire até à Cruz da Carreira, em termos de pintura e colocação de rails o que será discutido com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura. Quanto ao buraco da Devesa, era uma situação antiga, e o Senhor José Ferreira reclamou à Câmara Municipal de uma água que lhe pertencia e nascia no loteamento. Depois de vários contactos com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura, que não tinha conhecimento da situação, foi o próprio Senhor José Ferreira que informou que o Senhor Lino Pereira saberia certamente algo sobre este assunto. Agradeceu a disponibilidade do Senhor Lino Pereira que se deslocou ao local e confirmou a reivindicação do Senhor José Fernando. Quando a máquina se deslocou ao local o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura não podia estar presente, fez-se um buraco e apareceu uma água que talvez fosse de fossas e estavam à espera que brevemente o Senhor José Ferreira viesse a verificar a referida água, e era esta a razão pela qual o buraco estava aberto, mas que esta semana o problema seria resolvido. Quanto à ligação de água da Boca da Lapa, estava a ser

colocada uma conduta naquela zona e iria ser feita a ligação brevemente.***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu o Senhor Vice-Presidente que depois de nesta Assembleia se ter tomado conhecimento da existência da dimensão do buraco na Zona da Devesa, que a partir de hoje era uma responsabilidade muito grande e aconselhou que amanhã deveria ser tapado o buraco rapidamente. ***

____ Usou da palavra o Senhor Vereador José Manuel Carvalho para responder à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura sobre a candidatura para a área de acolhimento empresarial da Cruz da Carreira, que tinha sido submetida na passada semana, que era um processo que tinha sido desenvolvido há um ano e meio, que houve necessidade de se fazer um estudo de impacto ambiental que também já tinha sido submetido à Comissão de Coordenação para análise em Maio. Sobre a candidatura e sobre o projecto este executivo resolveu avançar, previu todos as infra-estruturas necessárias para a colocação da Zona Industrial, mas previa também um edifício sede que iria permitir o acolhimento de empresas. A candidatura tinha um valor global de cinco milhões e duzentos mil euros e que a ser aprovado será muito importante para concelho. Terá trinta e seis lotes, sendo que três lotes serão para o edifício sede, aparcamento, e outros três para as ETARS, aos resíduos e ao gás, e os outros trinta lotes ao acolhimento das empresas, e previa também o edifício sede que terá dois núcleos distintos para as áreas de apoio para formação, para espaço de inovação, e desenvolvimento para espaços de hotelarias, e ainda com salas de reuniões e salas de acolhimento de empresas, com laboratórios e armazéns. Que era uma candidatura ambiciosa e esperavam que fosse aprovada, pois contemplava verbas para todas as infra-estruturas da Zona Industrial, para a construção do edifício, para a aquisição dos terrenos, e para todos os serviços e fiscalização complementar.***

____ PERÍODO DA ORDEM DO DIA***

____ O Senhor Presidente da Mesa colocou a seguinte questão solicitada pelo Senhor Presidente da Câmara da alteração da Ordem de Trabalhos que ficaria da seguinte forma: Os pontos 3 e 4 da Ordem do Dia que

passassem para os pontos 1 e 2, e que os pontos 1 e 2 passassem para os pontos 3 e 4.

____ Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado que colocou uma sugestão à Mesa, e como os pontos 1 e 3 já transitavam da anterior Assembleia, na sua opinião e na opinião da bancada do PSD, mantinham-se os pontos 1 e 3, o ponto 2 passava a ponto 3, o ponto 4 passava a 3 e o ponto 3 passava a 4. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração da Assembleia que aceitou, e como a diferença temporal entre as actividades da Câmara Municipal era mínima os pontos 1 e 2 seriam discutidos em conjunto e de seguida seria discutido o ponto 4 e finalmente o ponto 3.

____ 1 E 2 – APRECIAÇÃO DE DUAS INFORMAÇÕES ESCRITAS DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DAS ACTIVIDADES DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;***

____ Usou da palavra o Membro Prof. Graça Sousa para se referir à entrega dos computadores às Escolas EB1 do Concelho que foi muito bom, que minimizou alguns problemas, mas a questão da assistência técnica deverá ser repensada, pois muitas vezes não podem utilizar os equipamentos por causa de pequenas reparações. Quanto à reunião da Carta Educativa gostaria que se houvesse algo em concreto queria ser esclarecida.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para felicitar a Câmara Municipal pelas iniciativas face à trágica notícia da insolvência da Adega Cooperativa de Castelo de Paiva. Que a Câmara Municipal tinha realizado duas reuniões, e ia realizar uma outra, antes da Assembleia de credores e deixava um apelo a todos os autarcas para que pudesse ajudar a incentivar à organização dos produtores à sua actividade, as autarquias já faziam algumas promoções com mostras e feiras de vinho mas que isso não representava nada. Informou que nos últimos anos cerca de um milhão e duzentos mil euros de preço de uvas, não foram pagas a quem as produziu pela Adega Cooperativa e que estava a falar de trezentos produtores, de trabalhadores, e ainda de mais trabalhadores ocasionais, que estava a falar da produção e da venda do

próprio vinho. Fez um apelo a todos, e às Juntas de Freguesia, que apesar de não estarem muito envolvidas no apoio à produção de vinho e da vinha, era preciso olhar para o futuro e fazer o nosso melhor.***

____ Usou da palavra o Membro Prof. Daniel para questionar qual a conclusão da reunião da insolvência da Adega Cooperativa, e lembrou que os Vereadores do PSD nas reuniões da Câmara Municipal alertaram há muito tempo para a gravidade da situação da Adega Cooperativa de Castelo de Paiva, e viam agora o reconhecimento pelas reuniões havidas com a insolvência e achava que era uma actuação tardia. Que o membro Dr.Gouveia Coelho como tinha conhecimento da situação deveria ter falado há mais tempo uma vez que tinha dados em seu poder. Referiu-se à Carta Educativa em relação à freguesia de Real, que o Senhor Presidente afirmou que para Real, e uma vez que não havia crianças, mais valia que esquecessem o Pólo Educativo. Nos últimos tempos a política educativa tinha sido um autêntico desastre, e no dia 10 de Junho o Senhor Presidente da República referiu que não podíamos esquecer o interior, para que não ficasse desertificado. Que tínhamos de reivindicar para que as nossas freguesias não fossem abandonadas de Centros Educativos. Tinham que fazer força para alterar os requisitos, não se poderia era refazer a Carta Educativa só porque nos impunham essas condições e havia fundamentos para termos pólos educativos nas freguesias com crianças do pré-escolar até ao 4º. 5º ou 6ºanos. Referiu ao Senhor Presidente que da sua parte não partilhava dessa decisão de os Centros Educativos não poderem ficar um em cada Freguesia.***

____ Usou da palavra o Membro Prof José António Rocha para referir que quanto à intervenção da actividade da Câmara e numa sessão anterior, o Membro Dr. Gouveia Coelho tinha dito que algumas intervenções dos Presidentes das Juntas de Freguesia não significavam o órgão Assembleia Municipal e corrigiu-o, assim como ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura que não deveria ter feito a intervenção no ponto dos Assuntos de interesse para o Município, mas sim no ponto da Actividade da Câmara Municipal, pois era neste ponto que se deveriam debater estas questões, pois era o ponto da Ordem de Trabalhos que fazia parte da competência da Assembleia Municipal, e como tal saíam reforçadas e legitimadas as intervenções dos Presidentes

das Juntas de Freguesia. Gostaria de saber qual o ponto da situação das reuniões da ADRIMAG sobre as candidaturas dos projectos do PRODERE, e também o conteúdo do Comité de Pilotagem da Agenda de Empregabilidade. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado que referiu que por força do Memorando subscrito com o PSD, PS e CDS-PP, havia um compromisso com as entidades europeias de proceder a uma profunda reforma administrativa no que tange aos Municípios e Freguesias. Que isto era o mesmo que tocar no ninho de vespas. Deixou uma mensagem que todos tínhamos responsabilidades nos destinos do nosso Concelho. O PSD queria rapidamente e quanto antes dar a conhecer aos paivenses sobre aquilo que pode vir a acontecer no futuro com aquela que será a organização do concelho. Neste sentido achava que se deveria estudar e discutir entre todos, para aquilo que poderá ser o futuro do concelho. Também a propósito da reestruturação de alguns serviços públicos e concretamente, estava a referir-se à Repartição de Finanças de Castelo de Paiva, que neste momento era aterrorizador pois o número de funcionários era mínimo, o atendimento era demorado e tudo indicava que iria haver uma fusão com algum serviço de algum concelho limítrofe. O que iria seguramente mudar por força do mapa judiciário, era o nosso Tribunal como o conhecíamos, iria deixar de acontecer no quarto trimestre de 2012, seria provável que o nosso Tribunal irá ser apenas um juízo de execução de toda a zona geográfica que vai desde Paços de Ferreira até Castelo de Paiva, ou então Juízo de pequena instância civil de montante não muito relevante. Mas por imposição iríamos assistir a significativas alterações a que não estaríamos habituados quer nas áreas administrativas ou de justiça. O PSD estava na linha da frente para elucidar os Paivenses e quem quisesse juntar-se a nós seria bem-vindo. ***

____ Usou da palavra o Membro José Vieira Gonçalves, que referiu que intervinha na qualidade de membro do Comissão de Trânsito Municipal, que tinham tido a primeira reunião em seis anos e que durante duas horas foi muito pouco tempo para ver a postura de trânsito, e que o Senhor Vice-Presidente ficou de agendar outra reunião. Mas o que era mais surpreendente era que a Postura Regulamentadora de Trânsito da

Vila era de 1999 e que constatou que este Regulamento não foi aprovado pela Assembleia Municipal. Que era uma situação grave, pois muitos sinais tinham sido colocados à revelia deste regulamento. Ouviram o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sobrado que tinha solicitações de comerciantes, estiveram no Palácio da Justiça e viram a situação dos estacionamentos. Foi vista também a questão da saída do Lid'l sobre o traço contínuo, assim como outras situações que foram tidas em conta, e que iriam dar solução a algumas situações, mas apelou, pois já tinham passado três meses e que ainda nada tinha sido feito. Alertou o Senhor Vice-Presidente para as várias situações gravíssimas nas Freguesias de Pedorido e Raiva, e que aguardava o mais urgente possível a realização de outra reunião.***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que tinha dúvidas sobre o que tinha afirmado e que pensava que tinha sido aprovado em Assembleia Municipal e também em Diário da República mas que iria averiguar.***

____ Usou da palavra o Senhor Vice-presidente para esclarecer que foi a primeira reunião da Comissão de Trânsito que se fez em doze anos, e que o trabalho não terminou porque o processo vai à reunião de Câmara Municipal, à Assembleia Municipal, e só depois serão colocados no terreno os sinais que forem aprovados na Comissão.***

____ Usou da palavra o Senhor Vereador José Manuel Carvalho que esclareceu as questões levantadas pelo Prof. José António Rocha sobre a reunião da ADRIMAG e das candidaturas submetidas no âmbito dos projectos do PRODERE, mas para o nosso Município tinham sido aprovados investimentos no valor de seiscentos e sessenta e cinco mil setecentos e cinquenta e três euros e oitenta e seis céntimos (665.753,86€). Uma das candidaturas era do Município de Castelo de Paiva, que tinha a ver com a requalificação do edifício da cadeia, todos as outras candidaturas eram de âmbito particular, e que o valor que tinha sido aprovado para Castelo de Paiva, era de uma área claramente superior a outros Municípios. Dentro do que tinha sido possível salvaguardar os interesses para o concelho também no âmbito da ADRIMAG foi aprovado a candidatura do Projecto do PROVERE para o financiamento do Cais do Castelo que era superior a um milhão e

oitocentos mil euros (1.800.000,00€). No conjunto tínhamos um financiamento no valor de dois milhões e meio de euros(2.500.000,00€) no âmbito da ADRIMAG. No princípio do segundo semestre de 2011 será aberto novo aviso de candidaturas para o PRODERE com uma dotação financeira substancial tendo em conta aquilo que tinha sido aprovado no âmbito anterior e aquilo que era a dotação remanescente e que poderia ser aprovado. Quanto ao Comité de pilotagem ou Agenda de Empregabilidade era um trabalho que tinha sido desenvolvido, por todos os Municípios da comunidade. Já tinha sido feita a concertação e a formação de todo o território no âmbito da definição das prioridades e da sua sinalização junto da ANQ para que fossem majoradas as candidaturas dos doze concelhos, e que fossem uma resposta às necessidades das empresas do território dos doze municípios. Estava também a ser elaborado um estudo sobre o tecido empresarial da Região e quanto a Castelo de Paiva estava a ser efectuado um estudo junto das finanças para ser feito um levantamento exaustivo das empresas no Concelho de Castelo de Paiva Paiva.***

— Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer as questões colocadas e começou por agradecer à Profª. Graça o reconhecimento da colocação dos computadores que era uma das suas grandes preocupações e que resolviam dentro das nossas possibilidades. Quanto à questão colocada pelo Dr. Gouveia Coelho sobre a insolvência da Adega Cooperativa, a Câmara Municipal não foi chamada a participar e achava que também não deveria intrometer-se na vida de uma instituição como a Adega, e como tal não tinha nenhuma responsabilidade sobre essa questão, mas mesmo assim, e dada a importância e relevância da instituição e dado o momento que estava a atravessar entendia que deveria intervir conforme as nossas disponibilidades. Estavam a falar de uma dívida entre banca e os cooperantes na ordem de um milhão de euros, revelado pelo Administrador da insolvência. Que a Câmara Municipal entendia, e a pedido dos ex-responsáveis a procurarem um encontro para se procurar uma solução, e todos os que tinham créditos sobre a Adega Cooperativa. Foi-lhes dado conhecimento que poderiam reclamar os créditos e como a maior parte dos credores não estavam presentes nessa reunião, a Câmara

Municipal dispôs-se juntamente com o Dr. Gouveia Coelho de tomar a iniciativa ao administrador da insolvência a reclamação de todos os créditos da Adega. Que formaram uma Comissão com os produtores de vinho e até engarrafadores do concelho de Cinfães, a Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, e um representante da Câmara Municipal de Cinfães. Que a grande preocupação era a colocação da colheita deste ano para os pequenos produtores, e encontrar alguma solução para salvar a Adega Cooperativa era uma situação crítica, mas estavam a falar de um factor dos mais importantes para o concelho. Estavam a fazer o que lhes era possível dentro das suas competências. Que a próxima reunião iria decorrer no próximo dia 30 de Junho, e a Assembleia de credores, em que a Câmara Municipal se incluía seria no próximo dia 4 de Julho as 13.30h. Quanto à questão da Carta Educativa e de termos Pólos Educativos em todas as freguesias, disse-lhe que gostaria de ter em cada comunidade uma escola. Mas não podíamos confundir sonho com realidade, tínhamos uma carta aprovada desde 2006 e não tínhamos um pólo educativo no concelho de Castelo de Paiva. Julgava que ninguém ficava satisfeito, e o mais grave era que se continuava a insistir na Carta Educativa, e que não se tinha realizado investimento na educação, achava preocupante perder oportunidades. E um outro dado inquestionável era a questão financeira da Câmara Municipal porque não tinha condições de fazer pólos educativos em tudo o que era sítio para daqui a uns anos estarem às moscas por não haver crianças, e estes investimentos eram na ordem de um milhão e meio de euros. Estábamos a ter esta realidade noutras freguesias e já tinham sido faladas aqui as novas organizações das freguesias e julgo que era a altura certa de definirmos de uma vez por todas aquilo que podíamos fazer.***

_____ Usou da palavra o Membro Prof. Daniel Correia para referir que era falta de democracia dizer que os alertas não resolviam os problemas, e uma vez que não éramos executivos não estávamos aqui a fazer nada. Dava o exemplo em relação à educação que senão tivéssemos batido o pé ao Mega Agrupamento em Castelo de Paiva ele já existia e bem hajam os pais do Couto Mineiro que bateram o pé e disseram “*nós não aceitamos*” e a DREN recusou. Temos de reivindicar e senão o fizermos e se aceitarmos os requisitos o País está muito mal. Lançou um, apelo

para que os Agrupamentos se debatam pela Carta Educativa de Castelo de Paiva: Aproveitava para dar os parabéns à nova Directora do Agrupamento de Castelo de Paiva, e que sobre este assunto, e junto da DREN fizesse pressão para que tivéssemos direito como os outros Concelhos.***

____ Usou da palavra o Presidente da Câmara para esclarecer que relativamente aos alertas, o que tinha dito e afirmava era que não tinha sido em momento algum convidado pela Direcção da Adega para tomar alguma posição e não podia interferir. Que quando se deparou com a situação da insolvência, os anteriores responsáveis da Direcção da Adega Cooperativa pediram-lhe para tentar resolver esta questão. Que assim que ficasse reunidas as condições para poder intervir, interviria. Que esteve presente até com um elemento da Assembleia Municipal para discutir o assunto e procurar alguma solução se ela existir. Sobre o Mega Agrupamento, e que os pais se debateram, todas as situações se tinham resolvido de forma serena, mas nos sítios certos e não tinha havido fusão de Agrupamentos, e que isso se tinha devido à sua persistência e ao seu trabalho. Que no futuro iria continuar a lutar para que não houvesse fusão, junto das entidades competentes.***

____ Usou da palavra o Dr. Gouveia Coelho para esclarecer que o Prof. Daniel estava um pouco distraído pois já em anteriores Assembleias Municipais tinha falado sobre este assunto. Mas estava desiludido com o drama da actividade vinícola, e que o PSD e através da voz do Prof. Daniel veio apenas beliscar o Presidente da Câmara. Que estavam a pedir propostas de trabalho nas reuniões, mas não tinha visto ninguém a representar a Assembleia Municipal. Lembrou que o erário público pagava uma comparticipação à Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, mas os agricultores estavam desprezados e desprotegidos. A Adega Cooperativa reconheceu um passivo na ordem de um milhão e duzentos mil euros. Mas que se tinha dito preços de uvas, de um milhão e seiscentos mil euros era uma dívida da Adega. Que o passivo tinha de ser muito mais pois alguns credores não reclamaram, e portanto o passivo de dívidas da Adega era feita pela própria, era bem superior a um milhão de euros. Que só o grupo que com o apoio da Câmara Municipal reclamou o preço das uvas era de um milhão e

seiscentos mil euros, como havia outros que individualmente reclamaram o preço de uvas e não tinham sido pagos. Mas o importante era que era um sector de actividade essencial, deveriam todos, principalmente aqueles que foram eleitos de darem as mãos, esquecer os partidos no meio disto, tomar consciência do drama, fazer o que devia ser feito, pelo menos fazer este esforço, e senão fosse possível, paciência. Era um problema demasiado grave, era muito trabalho, e os agricultores mereciam, para levarem uvas no valor de um milhão e seiscentos mil euros e não pagar a trinta cêntimos, era muito uva. Havia pessoas desesperadas e que exigiam aos responsáveis deste Município que dessem as mãos e que não se dividissem neste momento com partidos.***

— Usou da palavra o Membro Senhor João Dias para referir que quem ouvisse o Dr. Gouveia Coelho a falar parecia que a culpa era de todos menos dele. Mas infelizmente o grande culpado desta situação devia-se à actuação dele próprio, porque era o Presidente da Assembleia Geral da Adega Cooperativa, que tinha provocado tudo isto, inclusivamente tinha obrigado funcionários a apresentar queixa em tribunal, para a insolvência da Adega Cooperativa, e vinha agora para aqui com carinha de santo. Até pareciam que iam resolver o problema. Que pusesse a mão na consciência, e dissesse que tinha sido um dos culpados daquilo estar como estava.***

— Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para responder que não merecia qualquer comentário, era insensato, era falso, e era mentiroso. Voltava a fazer o apelo de darem as mãos, e que se quisessem discutir serenamente com factos, as razões da insolvência, estava disponível. Seria a primeira vez que um membro que nunca participou na direcção de uma sociedade ser o responsável pela insolvência. Repetiu o apelo de darem as mãos e fazerem o que puderem fazer. Era injurioso para os trabalhadores que foram patrocinados por advogado que não tinha sido ele. Nunca tinha praticado naquela casa um acto de gestão, tinha dado muito do seu tempo e trabalho e não tinha reivindicado nada. Não comentava tamanha ofensa que aqui tinha sido feita.***

3 – DOCUMENTOS PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2010.***

Usou da palavra o senhor Presidente para dar alguns esclarecimentos sobre a prestação de Contas de 2010, e começou por referir que na sua opinião os números falavam por si. Numa simples abordagem do relatório da gestão de 2010 podiam tirar algumas conclusões que seriam, importantes para o presente e para o futuro deste Município. Num quadro difícil como era o nosso e num contexto de corte para as autarquias era positivo. Devia-se ao esforço do executivo, dos autarcas e também dos funcionários desta casa em prol do rigor de uma boa gestão e de um futuro minimamente sustentável. Referiu que quando estava a falar da dívida global estava a falar de uma redução de 745mil euros, e que era bastante significativo, era ainda mais significativo porque a previsão que tinham no âmbito do Orçamento de Estado para 2010 que iriam arrecadar uma receita superior em 235 mil euros, e com o PEC 4 foi-lhes retirado aquele valor e que poderiam reduzir ainda mais a dívida municipal e estava a falar de um milhão de euros. Que quando aqui chegaram tinham uma dívida global de 16 milhões e meio de euros, e tinham tido uma redução expressiva e significativa. Referiu que um outro dado, que tinha muita importância eram as consequências práticas sobre as penalizações para a Câmara Municipal, tinham conseguido reduzir em 34% o endividamento líquido municipal, que era significativo pois retirou os indicadores altamente penalizadores. Que juntamente a isto, tinha conseguido um outro objectivo que era a redução do prazo médio de pagamentos aos nossos fornecedores, e não tinha sido com o PREDE, mas sim com planeamento e rigor durante o ano de 2010, chegaram aos 53 dias de prazo médio de pagamento, e foi mais um objectivo que lhes retirou as penalizações para a Câmara Municipal e significavam muito dinheiro. Que quando chegaram tinham uma situação de ruptura financeira, mas hoje orgulhavam-se por terem invertido a situação, e neste momento apesar de não estarem bem, conseguiram alcançar esse objectivo com investimento. Que a obra da EM 504 estava paga, e tinha custado um milhão e meio de euros, com financiamento certo, mas todos sabiam que para se receber financiamento comunitário era necessário pagar a

componente nacional, e tinham conseguido pagá-la, e que no passado estas coisas não aconteciam. Que outra das lutas tinha sido com o aumento da receita no sector das águas, que tinham um aumento de setenta e dois mil euros. Tinha sido um esforço implementado pelos nossos serviços em conjunto com o Senhor Vice-Presidente, e no futuro ainda ia ter mais ganhos porque era uma batalha contra o desperdício. Que queria dar nota de valores simbólicos como era o exemplo nas ajudas de custos, tempos houve em que havia ajudas de custos quem acompanhava os idosos nos passeios, e agora tinha conseguido uma redução de 45%. Nas comunicações conseguiu reduzir de 90 mil euros para 64 mil euros. Nas transferências para as freguesias em 2010 tinham triplicado o valor de 2009, podia dizer que os valores protocolados eram os mesmos, mas pagamos o ano de 2010 e os protocolos que estavam em atraso no ano anterior, na ordem dos 200 mil euros. Outra rubrica importante era a redução de 23% na aquisição de bens e serviços da Câmara Municipal, fizemos muito investimento com o aproveitamento de recursos, o que representava cerca de 890mil euros de redução. Sintetizava ainda que não tinha o sentimento de dever cumprido, queria muito mais, Os objectivos estavam traçados, estava delineado, tinha números para apresentar, o que o enchia de satisfação porque conseguiu atingir os objectivos, senão conseguisse atingir sairiam penalizadas as Juntas de Freguesia, os fornecedores quem trabalhasse para a Câmara. Tínhamos credibilidade porque éramos uma entidade que pagava e queria que isto permanecesse no futuro. ***

____ Usou da palavra o Representante da Junta de Freguesia de Real Nuno Sousa que se referiu às transferências para as Juntas de Freguesia e o valor que constava para a Junta de Freguesia de Real era de 46.121.26€ e seria bom que assim fosse, mas a receita passada pela Câmara Municipal, e o que a Junta de Freguesia de Real recebeu foi efectivamente o valor de 15.678.05€ no ano de 2010, aproveitava para dizer que ouvia falar de muito dinheiro e quando ouvia as Juntas de Freguesia ter verbas desta importância, e como estas eram as constituintes do Município analisava que a Câmara Municipal tinha a gestão total, e o que cabia às Juntas de Freguesia todos queriam o melhor para as populações e como tal deveriam confiar um pouco mais

nas Juntas de Freguesia, e com atribuição de verbas às Juntas de Freguesia deveriam ter bons frutos em termos de proximidade. Que o Executivo apenas transferia para as Juntas de Freguesia o que era obrigado a transferir e os orçamentos para as Juntas de Freguesia tinham importâncias insignificantes com os orçamentos apresentados.***

____ Usou da palavra o membro Dr. Rocha Pereira para referir que estavam a falar das contas que ocorreram no ano de 2010, constatava-se um ataque ao endividamento, o que saudava, mas encontrávamos em contra-partida um menor investimento. Não era fácil conseguir ao mesmo tempo atacar e reduzir o nível de endividamento e criar ao mesmo tempo riqueza e investimento. Era lógico o caminho que tinha sido seguido. No lado das receitas se verificássemos o IMT e o IMI, e estava a falar do património e no caso específico do IMI cabia à Assembleia Municipal fixar o seu percentual, havia menos negócio imobiliário em Castelo de Paiva, havia menos construção com as consequências que daí advinham, parecia que era um factor a ter em conta. Quanto ao resto sabiam que as transferências do Poder Central tinham vindo a ser reduzidas e os indicadores que tínhamos era de que no futuro as reduções ainda iam ser maiores. Quando não era fácil atacar o problema do lado da receita e tinha sido aqui realçado na cobrança de água, mas era aqui que se iria conseguir um resultado substancial era evidente que se iria para um ataque de redução das despesas. Era de registar que o médio prazo de pagamento a fornecedores teria sido reduzido, mas deveria ocorrer a outro nível. Ao nível dos autarcas, e como membro humilde desta Assembleia Municipal ainda não tinha recebido um centímo e pedia que houvesse coerência a todos os níveis.***

____ Usou da palavra o membro Jorge Quintas para felicitar a Câmara pela parte financeira, pelo esforço que tinha sido feito, e só com seriedade tinham diminuído drasticamente, pois a dívida global reduziu em 750 mil euros quando se sabe que foi feito um corte por força do PEC 4 em 235 mil euros e senão houvesse o corte na redução da dívida seria muito maior. Felicitou também a Câmara Municipal pelos prazos de pagamento a fornecedores. Como a questão das contas era difícil para todos, e depois de analisar gostaria de ser esclarecido sobre o

relatório de gestão, pois na pagina 7, notava-se que havia uma diminuição de receitas correntes, no montante dos impostos directos no montante de menos 250 mil euros, qual a razão desta redução. A outra questão era que a única receita corrente que aumentava era a venda de bens e serviços em 6,7%, e qual a razão deste facto.***

_____ Usou da palavra o Prof. José António Rocha que referiu que depois do Senhor Presidente da Câmara ter passado a mensagem que já nos ia habituando do rigor, da exigência, mas que muitas das vezes a coerência e a acção não eram compatíveis com o discurso. Tinha dito que houve um esforço do lado orçamental para que houvesse diminuição da dívida, mas o discurso não acompanhava a acção. Há dias tinha lido na página da Câmara Municipal que já o Conde de Castelo de Paiva em 1902, um homem visionário, que para construir os Paços do Concelho teve que fazer três coisas, primeiro tinha pedido um empréstimo, mas o dinheiro não chegou, pediu segundo empréstimo e como ainda não chegava, por fim aumentou os impostos, onerando as classes sociais da altura. Isto levava-nos a reflectir que a nossa história tinha sido feita à custa do endividamento. Chegámos à conclusão que em Castelo de Paiva, sem dívida não haverá investimentos, por mais que tentemos melhorar receitas, porque o nosso Concelho é parco em recursos. Não podíamos investir sem tocar nas questões do endividamento, e ao contrário do que o Senhor Presidente referiu da situação desastrosa em que ele encontrou a Câmara Municipal, era verdade que nos documentos do Planeamento do Saneamento Financeiro o Senhor Presidente e a sua equipa não deixaram de referir aquilo que tinha acabado de dizer com a sua intervenção, e estava escrito no Planeamento de Saneamento Financeiro que a origem do endividamento excessivo se ficou a dever aos investimentos estruturantes, e a custos de exploração que eram prementes ao Município. Saudou, porque estas contas revestiam isto, que as obras executadas nos anos anteriores pelo executivo do PSD, a situação patrimonial o activo foi considerado, e tínhamos então aqui um valor de cerca de dez milhões de euros. Tínhamos de reconhecer que em 2010 por natureza das limitações orçamentais, tínhamos registado o nível de investimento mais baixo dos últimos vinte anos. Que era necessário recorrer ao ano de 1990, para se verificar tão baixos níveis do

executivo. Para além da visão orçamental, necessitávamos de uma agenda para o futuro e inovação, era preciso hoje claramente perceber onde poderemos cativar investimento para o concelho. Era preciso seleccionar dois investimentos estruturais que não podíamos abdicar deles, fosse na área da educação, saúde, desporto, ou nas iniciativas nas áreas de empregabilidade. Tínhamos de complementar uma plataforma de novas ideias para o concelho, e o que fizesse crescer e pudesse progredir. Por último questionou o Senhor Presidente relativamente às despesas com o Pessoal e da análise que efectuaram, chegaram à conclusão que houve um aumento de despesas com pessoal em cerca de 5%, e questionou se teria havido condições para reduzir as despesas de pessoal.***

— Usou da palavra o membro Prof. Daniel Correia para referir que a obra da EM 504 teve financiamento e já tinha sido paga, mas relativamente ao Campo da Boavista, com que fundos teria sido paga esta obra. Podiam concluir que o PREDE veio pagar muita dívida e trazer outra estabilidade. O Senhor presidente da Câmara referiu que negociava com os fornecedores e estabelecia um pagamento, e ainda bem que era assim porque podia pagar mais tarde essa dívida. ***

— Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas começando pelo Doutor Rocha Pereira, relativamente às senhas de presença dos membros da assembleia municipal já tinham pago o ano de 2009 e estavam a curto prazo a tentar resolver o pagamento de 2010. Quanto à questão do membro Jorge Quintas referente às receitas dos impostos, prendiam-se com os valores das taxas do IMI, era uma opção que tinham tomado em não aumentar as taxas sobre os municíipes pois seria penalizador, foi uma opção que tomaram com este efeito negativo na receita mas não ajudaríamos muitas famílias do concelho, se optássemos por uma taxa superior. Quanto à questão da venda de bens e serviços tinha a ver com a água que aumentou 72 mil euros. Quando o professor José Antonio se referiu ao Conde de Castelo de Paiva que constituiu empréstimos e aumentou impostos, temos que nos enquadrar no tempo, porque a história nunca se repete, e que hoje tínhamos preocupações com os empréstimos porque neste momento não os conseguimos contrair pela banca e pela factura

que recebemos, pois tínhamos condicionantes na contracção de empréstimos. Como tal não iremos fazer obra a qualquer preço. Podíamos mandar fazer uma obra era o mais fácil que podia existir, o problema depois era pagá-la, e que não queria que essa obra custasse, uma, duas, ou três vezes mais que o valor inicial. Referiu que para este tipo de investimento não contassem com ele. Contassem sim, para fazer investimentos com rigor e previsão de pagamentos. Nunca se disse que nunca se fez obra, a questão é que se fazia obra sem previsão de receita. Quanto às despesas com pessoal era verdade que havia um aumento de pessoal que tinha a ver com os encargos com a saúde, porque pagaram à ADSE, o que não acontecia anteriormente e esses valores não estavam previstos, e sofreram um aumento. Quando falou nas dívidas a fornecedores tinha a ver com a questão da EM504 que não estava totalmente paga e eram valores bastante elevados, e por outro lado as facturas e obras que existiam no final do último mandato que se reflectiam em trezentos mil euros e daí terem estes valores incríveis. Que tinham conseguido objectivos muito importantes que era evitar as penalizações à Câmara Municipal se continuassem com excesso de endividamento líquido. Com o valor exorbitante e senão invertessem o que era exigido por lei e ao mesmo tempo não reduzissem o prazo médio de pagamento, actualmente a situação era mais penalizadora para o Município. Referente à questão do que estava na tabela relativamente a Real tem a ver com os transportes escolares.***

____ Usou da palavra o Representante da Junta de Freguesia de Real, Senhor Nuno Sousa que referiu que a sua dúvida era o porquê da certidão da entrega de receitas passada pela Câmara Municipal no valor de 15.678,05 € que foi efectivamente o que a Junta recebeu e neste quadro apareciam os 46 mil euros a que se referem a verbas de transportes escolares que não foram transferidos para a Junta de Freguesia, por isso não podiam estar nas transferências de capital. Que a Junta de freguesia não tinha recebido esta verba. ***

____ Usou da palavra o Senhor presidente da Câmara que referiu que ia ver junto dos serviços. ***

____ Usou da palavra o Membro Daniel Correia que questionou o Senhor presidente da Câmara sobre o assunto do Campo Municipal da Boavista.***

____ O Senhor Presidente da Câmara respondeu que apesar de não ter o processo presente julgava que estava saldado e tinha a ver com transferências que houve no âmbito da candidatura. ***

____ Usou da palavra o membro Doutor Pedro Maldonado que solicitou que fosse esclarecido sobre um reparo feito pelo representante da Junta de Freguesia de Real, de uma verba e que o Senhor Presidente da Câmara referiu indagar junto dos serviços. Questionou se se reportava apenas e somente a uma errada impressão ou se havia mais alguma Junta de Freguesia que possa acusar alguma discrepância, achava que isto tinha alguma relevância para depois ser discutido. ***

____ Usou da palavra o Membro Prof José António Rocha que referiu que em 1902 a situação do Conde de Castelo de Paiva e do necessário endividamento não era muito diferente. Oxalá que as más notícias que os economistas dizem que provavelmente todo este esforço que vai ser feito a nível da Troika, não seja possível resolver o problema de Portugal, e que daqui a uns anos estejamos a ser expulsos do euro, e a resolver o problema da competitividade. Isto levava-nos a reflectir que só apostássemos na versão orçamental e contenção de despesa poderia ser um caminho perigoso, e de não crescimento deste Concelho. Que o nosso concelho teria de crescer, e de se desenvolver, porque havia claramente a necessidade de seleccionar um conjunto de investimentos fundamentais. Relativamente à questão do pessoal tinha sido tomada uma posição política, que aceitavam mas poderiam não concordar, e que o Senhor Presidente da Câmara quando falou nas questões dos encargos de saúde, havia uma opção que provavelmente o STAF técnico que integrou a vossa equipa se calhar teriam dentro da Câmara Municipal pessoas talentosas e com perfil para serem os vossos secretários, e tinha sido tomada uma opção política que claramente aumentou as despesas com o pessoal.***

____ Colocada à votação os documentos da prestação de contas do ano de 2010 foi o mesmo aprovado por maioria com 12 votos a favor do PS dos seguintes membros: Abel Duarte Barbosa, António Gouveia

Coelho, António Silva Pinto, Arlindo Manuel Sousa Alves, Artur José Freitas de Sousa, Giselda Martins de Sousa Neves, Joaquim Luís Vieira Martins, Maria Celeste Santos; Jorge Humberto Castro Rocha Quintas, José António da Costa Moreira da Rocha, José Vieira Gonçalves, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, e 18 abstenções, 17 do PSD dos seguintes membros: .José António Santos Vilela, Nuno Miguel da Silva e Sousa, António Filipe Moura Fernandes, José Vieira Pinto, Alfredo Trindade da Rocha, Daniel António C. Mendes da Rocha, José António da Silva Rocha, António Pedro Maldonado Martins Carvalho, Ilda Maria Cardoso Valente, João Fernando Barbosa Dias, José Manuel Lopes de Almeida, Manuel Duarte Mendes, Gina Maria Silva Moreira, Maria da Graça Soares de Sousa, Carlos Alberto Barbosa Moreira, José Pinto Miguel, e Carlos Alberto Carmo Teixeira, e 1 do CDS do membro , Manuel António da Rocha Pereira.***

____Foi entregue uma declaração de voto pelo membro Prof. Antonio Rocha que referiu que no voto de abstenção não havia matéria para votar contra, porque a estruturação da prestação de contas não tinha irregularidades significativas era um documento legal e correcto, mas aquela abstenção tinha a ver com o desajustado nível de investimento, e relativamente ao aumento das despesas com pessoal.***

____Declaração de voto entregue pelo Grupo Municipal do PSD que se transcreve na íntegra: “*Agrupamento Político do PSD Declaração de Voto . Registamos e disso queremos dar conta a esta assembleia que, à imagem do que recorrentemente vem acontecendo (e no passado tão veementemente criticado por alguns membros desta Assembleia que agora se calam) os documentos não foram a todos disponibilizados dentro dos prazos que a lei e regimento exigem, e por isso estamos aqui hoje a discutir este documento. Apesar do curto espaço de tempo de que dispôs para analisar a vasta informação relativa às contas, mas tendo em consideração a importância que o assunto nos merece e a responsabilidade que temos perante os paivenses que confiam na nossa fiscalização e acompanhamento da actividade do executivo da Câmara Municipal, o agrupamento do PSD conseguiu perceber, das contas apresentadas, o seguinte: - Pela 2º vez e num curto espaço de meses o*

executivo camarário do PS e em documento oficial vem reconhecer o trabalho desenvolvido pelos anteriores executivos do PSD. Fê-lo 1º aquando da apresentação do Plano de saneamento financeiro quando referem, explicitamente, no documento que, e cito: "...origem do endividamento excessivo se ficou a dever aos investimentos estruturantes e a custos de exploração que eram prementes e essenciais ao Município..."; e fá-lo agora, no relatório e contas quando corrige a situação patrimonial do município dizendo que, afinal, a obra executada nos anos anteriores pela Gestão do PSD tem um valor superior ao que pensavam em cerca de 10 Milhões de euros (Mais de 2 milhões de contos). Afinal, não só a dívida que este executivo herdou é inferior em cerca de 2 Milhões de € ao que o PS pensava existir, como também o património herdado vale mais 10 Milhões € do que o que julgavam. Conclui-se assim, que a situação patrimonial e económica da Câmara é substancialmente melhor do que o caos e desgraça ainda hoje recorrentemente aludido pelo Sr. Presidente da Câmara e que tem servido para desculpa por tudo o que não tem sido feito e foi por si prometido em ambiente de campanha eleitoral. - Percebe-se também que sem dívida não há investimento. Em 2010, num contexto difícil em que o concelho precisava de uma actuação firme da Câmara, regista-se o nível de investimento mais baixo dos últimos 20 anos, sendo necessário recorrer ao ano de 1990 (a preços correntes) para se verificarem tão baixos níveis de actividade do executivo. - Percebe-se ainda que, apesar do constantemente propagado rigor orçamental e cumprimento de responsabilidades, dizia, percebe-se ainda que em 2010 aumentou, sem justificação aparente, a dívida a terceiros - Curto prazo em quase 800 mil euros, representando um aumento de 16.1% face a igual período de 2009 e, pasme-se, a dívida a fornecedores em mais de 8%. A este propósito convém, definitivamente, desmistificar um "chavão" recorrente do Sr. Presidente da Câmara e que, por ausência de rigor, o faz incorrer num comportamento intelectualmente desonesto numa clara tentativa de iludir quem o ouve e não tem acesso a toda a informação, não respeitando o dever de rigor e isenção que tem para com os seus munícipes. Quando, e também neste relatório, se diz que o prazo médio de pagamento a fornecedores diminuiu de 517 dias em 2009 para 113

dias em 2010, diz o rigor e a honestidade intelectual que se acrescente que esta situação decorre de, no final do mandato anterior o executivo PSD, ter sido aprovado e contratado um financiamento (PREDE) e com esse financiamento terem sido liquidadas as responsabilidades a fornecedores em atraso. - Percebe-se por fim que ultrapassado o período eleitoral onde a crítica fácil imperou, o executivo esqueceu uma das suas promessas eleitorais fazendo exactamente o oposto. Assiste-se, por isso ao aumento da despesa com o pessoal em cerca de 5%, representando estas cerca de 45% do total das receitas correntes. A informação disponibilizada na Demonstração de Resultados ilude este valor dando a ideia de uma redução de custos, mas a leitura atenta da informação global descobre esta «manobra» contabilística pondo a nu a realidade dos factos. Para este aumento, ainda que não referido no Relatório de gestão contribuiu certamente a despesa com o staff ligado ao executivo camarário e os dois meses iniciais pagos ao secretário pessoal do Sr, Presidente da Câmara sem que alguém tenha dado conta de que aquele tenha exercido quaisquer funções, justificado pelo Sr. Presidente como «trabalhos de casa». Conclui-se que, por tudo isto e por as contas apresentadas revelarem uma visão de gestão do município alicerçada numa redução desajustada do investimento, que não é a nossa, a bancada do PSD não pode dar o seu voto favorável a esta execução e abster-se-á na votação das contas aqui apresentadas.”

____ Usou da palavra o Representante da Junta de Freguesia de Real Nuno Sousa para referir que a sua declaração de voto era no sentido de reforçar o que já tinha dito. Abstinha-se e ficava a aguardar o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara relativamente ao quadro que tinha questionado anteriormente.****

4. MAPA DE PESSOAL PARA 2011 E PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S.***

____ Usou da palavra o Vereador José Manuel Carvalho que referiu que era um processo que já se tinha iniciado há algum tempo, que reflectia a legislação em vigor, como também a organização dos serviços municipais que já tinha sido aprovado em reunião de Câmara de 10.12.2010, em que se definiu quer o modelo da estrutura dos serviços quer das unidades flexíveis quer das unidades orgânicas. Que esta

proposta também tinha sido aprovada na Assembleia Municipal em 22.12.2010 e também publicada em Diário da Republica em 30.05.2011. Que o despacho do Senhor Presidente da Câmara que tinha sido aprovado na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, tornava-se necessário aprovar de novo o mapa do pessoal que fosse o reflexo daquilo que tinha sido aprovado em relação ao mapa, em primeiro lugar, o organigrama que vigorava na Câmara Municipal de Castelo de Paiva previa um departamento técnico cinco divisões e oito secções que não estavam todas dotadas. O mapa que propunham agora para aprovação tinha uma proposta de 4 divisões, a DAG a DOMA, DPUH, e DGFPD Divisão de Gestão Financeira, Património e Desenvolvimento. As novidades para além de alguma reestruturação era a nova divisão financeira que tinha sido criada por opção por este executivo que criará uma gestão rigorosa, mas vinha também daquilo que eram as orientações quer da Inspecção Geral de Finanças, porque nos relatórios das auditorias referiram claramente uma melhor coordenação na gestão financeira do município, mas também nas recomendações do próprio Tribunal de Contas. Que face a esta opção do executivo quer as recomendações das entidades que fiscalizaram a Câmara Municipal, nomeadamente a Inspecção Geral de Finanças e o Tribunal de Contas, tinham decidido avançar com uma divisão de gestão financeira. Que a proposta apresentada garantia a não necessidade do aumento dos custos de pessoal. E mesmo que se iniciassem agora, à data de hoje os procedimentos concursais pelo tempo que demorariam a desenvolver nunca teriam reflexos em 2011, e como tal as chefias teriam que ser nomeadas, e quem fizesse parte do quadro do município, e os lugares de coordenadores de secção por força da própria lei do orçamento de estado não poderiam representar qualquer requalificação no vencimento. O ponto que estava para ser votado tinha o mapa do pessoal e a consequente revisão do orçamento, porque estava elaborado em função das unidades orgânicas existentes e com a reestruturação de serviços e com a alteração das divisões existentes, e com a criação de uma nova, a necessidade de reflectir as despesas que estavam imputadas a cada uma das divisões, pela nova divisão, e dividir o valor pelas restantes, não haveria qualquer aumento do valor orçamental, o que haveria era pegar

no orçamento que tinha sido aprovado nesta Assembleia Municipal e distribuí-lo nesta nova estrutura. Era um processo necessário porque a contabilidade do município não era ainda baseada numa contabilidade de custos se estivesse já implementado este sistema, seria possível elaborar um orçamento que não tivesse de ser reflectido por unidades orgânicas no orçamento global porque a contabilidade permitiria afectar os custos a cada um dos serviços. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr Pedro Maldonado que referiu, que quanto a esta proposta a responsabilidade política competia ao executivo, mas a sua preocupação estava a outro nível e apesar do Senhor Vereador ter feito uma introdução cuidada e aprofundada, tinha omitido algumas perspectivas possíveis de encerrar este mapa de pessoal. Era bom que se recordasse que a actual política e os custos inerentes por força do Planeamento de Saneamento Financeiro estavam limitados, e no PSD, e da análise que tinham feito deste documento e daquilo que ele consubstanciava em termos de real, efectivo, directo, e indirecto aumento de despesa, consubstanciava a violação de compromisso na gestão que imanou no Planeamento de Saneamento Financeiro. Como tal as suas reservas em relação ao documento, porque nomeadamente não só o efectivo aumento da massa salarial por um lado, mas por outro lado aos encargos no que diziam respeito às questões devidas à segurança social que no documento não estavam referidas, e havendo um aumento da carga salarial haveria consequentemente um aumento das contribuições devidas para a segurança social. Que isto implicaria um aumento de custos e não estava devidamente consagrado e traduzir-se-ia em violação do Planeamento de Saneamento Financeiro. Que esta Assembleia Municipal tinha o dever de acompanhar a execução do Planeamento de Saneamento Financeiro, que se efectuasse este planeamento, e senão fosse cumprido poderia haver penalizações para quem exercesse funções no executivo, e para quem que com a sua abstenção aprovasse este documento, e que isto já tinha acontecido num outro município. Outro aspecto tem a ver com o Memorando da TROIKA. Também nos impunha em termos de autarquias, referiu-se para traduzir uma parte de um excerto que vinha no Memorando da TROIKA que diz: “*com vista a aumentar a eficiência da administração*

local e racionalizar a utilização de recursos, o governo submeteu à Assembleia da República, uma proposta de lei até ao quarto trimestre do ano de 2011 para que cada município tenha o dever de apresentar o respectivo plano para atingir objectivo de redução dos seus cargos dirigentes e unidades administrativas no mínimo de 15% até final de 2012...” Que no nosso entendimento esse documento era manifestamente violador desta disposição que estava aqui como Memorando mas não tardaria muito que passasse a lei e que condicionasse este tipo de situações. Que a opção política era deles, mas a responsabilidade política poderia ser de todos nós. A bancada do grupo municipal do PSD dizia o seguinte, que se tivessem a garantia de que este documento não iria traduzir-se na violação do Planeamento de Saneamento Financeiro nem violar aquilo que estava consagrado no Memorando da TROIKA não tinham qualquer problema em deixarem passar este documento. O que queriam era fazer defender as suas posições a este documento, que o Executivo ou a Mesa conseguissem munir-se previamente de um parecer pelo Tribunal de Contas solicitado expressamente a este propósito do qual resultasse que não havia violação do Planeamento de Saneamento Financeiro, nem deste compromisso que o estado português tinha com a TROIKA. Então teriam da parte deles uma postura de que este documento passava. Sem essa garantia, naquele momento a bancada do grupo municipal do PSD era a de não votar favoravelmente este documento. ***

____ Usou da palavra o membro Dr Rocha Pereira para referir que antes de fazer a sua intervenção e dada a questão colocada pelo Dr. Pedro Maldonado entendia que o Senhor Presidente da Câmara se deveria pronunciar sobre o assunto que foi aqui lançado. ***

____ O senhor presidente da mesa colocou a questão ao Executivo que esclareceu que intervinha no final. ***

____ O Membro Dr. Rocha Pereira continuou a sua intervenção para questionar em que contexto é que a Assembleia Municipal estava a discutir o novo mapa de pessoal para 2011. Em termos de contexto local ou camarário? Que o senhor Presidente da Câmara, meses atrás referiu que a Câmara Municipal tinha uma dívida astronómica. Não ignorava que existia um Planeamento de Saneamento Financeiro que tinha sido

aprovado com o seu voto e fê-lo com vontade, porque na altura era a sua profunda convicção que o município não podia cair no estrangulamento. Portanto era necessário criar um mecanismo que possibilitasse e criasse condições para maior honradez para o município. E tinha votado favoravelmente , e estava à vontade que se entendesse ter noutra matéria uma opinião diferente. Questionou se era ou não verdade que tinham contraído um empréstimo de nove milhões e seiscentos mil euros e que iriam começar a pagar daqui a pouco tempo? Isto preocupava-o e não podia ignorar. Se era ou não verdade que se falava na extinção e fusão de autarquias, se era mentira que se falava em extinção de institutos públicos? Se era ou não verdade que se falava em por fim aos governos civis? Se era ou não verdade que este governo tinha 11 ministros e não 16 como o anterior? E que o exemplo estava a vir de cima. Se era ou não verdade que a TROIKA definiu objectivos que tinham a ver com o poder local? Corríamos o risco de que se aprovassemos esta proposta, e de estarem a criar uma nova divisão, daqui a uns meses estariam aqui a retroceder. Salvo o devido respeito pela opinião defendida pelo senhor Vereador José Manuel Carvalho, a sua opinião infelizmente não coincide com a dele no que respeita à despesa. Sabia quanto é que as pessoas ganhavam hoje em dia, e quanto é que passarão a partir do momento em que o Senhor Presidente da Câmara proferiu e fez o despacho em 31 Maio e 1 de Junho. Se o executivo fosse capaz de mostrar respeito pela legalidade e não haver acréscimo da despesa do pessoal dos Paços do Concelho. Porque pensava que em relação aos serviços externos, três funcionários deixaram de ter vínculo com o Município, mas era imperioso apostar nas obras por administração directa, mas parece que foram embora 3 funcionários e não foram admitidos novos. Haveria intenção de colmatar essas saídas com novos funcionários dos serviços externos, gostaria de ver esta questão esclarecida. A Câmara é um órgão que detém uma maioria democrática mas na Assembleia Municipal não é assim. E questionou se antes de se pôr em marcha este processo, houve o cuidado de junto das forças políticas dizer o que se pretendia? Qual o rumo que se ia seguir? Quais as razões dessas mudanças? Era uma reforma de pessoal, não era um mero ajuste, era uma reforma de fundo. Como dizia o Senhor Vereador

isto era uma opção do executivo, era preciso saber se essas opções se enquadravam até no cumprimento da legalidade. Referiu que tinha as maiores reservas e tinha o direito de ser esclarecido, para que não caísse na tentação de estar a cometer um erro. Outra questão foi que o executivo teve dificuldade em aprovar o Planeamento de Saneamento Financeiro e parece que ainda não aprendeu que têm de estabelecer pontes e coesões. Tinha ficado muito triste quando tomou conhecimento através da comunicação social, muito antes do Executivo deliberar sobre esta matéria, anunciaram que ia haver saídas irreversíveis, citando funções e nomes de funcionários. Que aquelas pessoas mereciam a consideração e respeito de todos. Que não ouviu o Senhor Presidente da Câmara ou o Senhor Vereador do Pelouro a tomarem uma posição sobre a matéria, e que o líder do executivo deveria ser solidário com o funcionário. Ou os funcionários eram zelosos, competentes e cumpridores, senão, o Senhor Presidente da Câmara tinha o direito e o dever de agir contra ele. Mas permitir-se que na praça pública se atentasse contra a honorabilidade profissional ou pessoal de um funcionário, fosse ele quem fosse, achava reprovável a todos os níveis. Os princípios eram estes, lealdade, colaboração, cooperação, responsabilidade. O funcionário prevaricava, actuava-se. Tinha de louvar o jornalista que pôs a notícia cá fora, porque antes do órgão a anunciar, já ele a estava a anunciar. Que semanas antes da Câmara Municipal reunir tinha falado com um líder do Partido Socialista, fez-lhe um esquema num papel, indicando em termos de mudanças, de funções e de pessoas e acertou a 100% isto não devia acontecer, não enaltecia a nossa democracia nem a Câmara Municipal. Que de algum lado tinha saído aquela informação e deveria apurar-se. Que esta reforma traduzia-se na vontade do Senhor Presidente da Câmara ou do seu Executivo, mas parecia-lhe que não. Chegava a pensar que esta reforma era feita de fora para dentro, e era grave se assim fosse. Afinal tínhamos um poder formal que estava nas mãos de algumas pessoas, mas em reais mandantes que estavam fora, se assim fosse estaríamos mal. O Senhor Presidente da Câmara despachou em 31/05 e 01/06, no sentido que se sabe, mas verdade é que a Assembleia Municipal estava a reunir hoje dia 20.06. e se as coisas correrem mal haverá justificação para isso? Mas

havia um sentido de respeito para com a Assembleia Municipal que via adulterado, havia uma desconsideração em certas matérias e não comprehendia esta desarticulação. Finalmente, recentemente o Sr. Presidente da câmara despachou, reconduzindo pessoas, o que significava que era um voto de confiança que se considera em alguém. Se a ideia era fazer a reforma em Janeiro, e renovar comissões passados três meses e as pessoas já não serviam, já não eram competentes, deixaram de ser credíveis, ou seria que por de trás destas decisões havia outras razões ocultas. Para terminar quando falou há pouco na questão da coerência que era importante a todos os níveis e que tinha a ver sobre a estrada do Cruzeiro- Serradelo, e o Sr. Presidente da Câmara respondeu que não havia dinheiro, apesar de ser a pior estrada do concelho e estar num estado lastimável, havia dinheiro para se gastar com os dirigentes desta casa, porque havia outros funcionários que estavam lá fora, e se calhar eram mais úteis em termos de realização ao concelho, mas este princípio do rigor e coerência tinha de ser generalizado. Lamentava que nesta matéria os cofres do município venham a ser afectados, ponham em causa o sentido prático desta proposta, e a forma como foi conduzida estava longe de ser exemplar a todos os níveis, não tinha coragem de aprovar isto e chegar lá fora e dizer aos paivenses que tinha votado a favor no sentido de aumentar a despesa com o pessoal quando em relação a áreas fundamentais se dizia que não havia dinheiro, se quisessem avançar por aí, que avançassem mas não seria com o seu contributo.

_____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho que referiu que uma coisa era aprovar um quadro do pessoal e outra coisa era a gestão dos trabalhadores e pensava que a Assembleia Municipal não tinha competência para se intrometer na gestão do pessoal. Mas era sensível à questão da contenção de despesas e que ouviu de quem apresentou a proposta não havia aumento de despesas. Mas os oradores anteriores vieram falar no aumento de despesas, mas não tinham demonstrado minimamente e assustarem-nos com ilegalidades mas não demonstraram também onde estava a ilegalidade. Não sei se o Tribunal de Contas emitiria um parecer prévio sobre uma proposta apresentada pela Assembleia Municipal, mas nos termos técnicos na Câmara Municipal e,

cada grupo poderá recolher os pareceres que entenderem. Agora desculparem-se de decidir ou pôr como condição se o Tribunal de Contas decidir, haverá documentos que necessitam de parecer do Tribunal de Contas mas não será seguramente o quadro de pessoal. Que era sensível à contenção das despesas, obviamente ao cumprimento da lei, mas não tinha elementos de haver ou não violação da lei. Referiu-se que um texto da TROIKA ainda não era lei em Portugal, era apenas uma intenção e viria provavelmente a ser lei. Quanto ao quadro de pessoal queria ser esclarecido o que tinha aumentado em despesas, quantos lugares seriam aumentados. E se estava aqui a Câmara Municipal a pedir um instrumento de gestão e diziam que não aumentavam as despesas e que não aumentavam os lugares senão violavam a lei, e era um instrumento de gestão não deveriam ter desculpa, a Assembleia Municipal daria os instrumentos de gestão porque a Assembleia Municipal não geria a Câmara Municipal e dar-lhes-iam os instrumentos, e não lhes perdoariam se aumentassem as despesas do pessoal sem necessidade e sem justificação, pois cá estariam para ver caso a caso e para cumprir o caso da reestruturação financeira. Se este instrumento era essencial para a gestão pensava que a Assembleia Municipal deveria aprovar-lo. A contenção de despesa sim, cumprimento rigoroso da lei, obrigatório, aprovação de um quadro de pessoal não da promoção automática a nenhum trabalhador, não obrigava a Câmara Municipal a preencher os lugares. Quanto ao parecer do Tribunal de Contas discordava radicalmente, e de acordo com o esclarecimento que a Câmara Municipal daria votariam confiantes que a Assembleia Municipal votasse favoravelmente com nenhum ilícito e não seria responsabilizado. ***

_____ Usou da palavra o membro doutor Pedro Maldonado para referir que a política do Memorando da TROIKA não era sua, que compreendia a sua posição ideológica a este documento, mas compreendia também que a decisão de haver um governo que estava há dias em funções e que legitimamente tinha assumido o compromisso o que estava no memorando ou cumpria ou a torneira fechava. Sabia que não havia lei, mas que ia haver. Questionou se foi ou não foi publicado em Diário da República algo que tinha implicações na massa salarial que esta Câmara

Municipal pagava? E se foi era só fazer as contas, quanto ganhava, quanto passará a ganhar, e quanto é que esse aumento de massa salarial, tinha por exemplo implicações em termos de taxa social. Os aumentos de segurança social estavam contemplados? No seu entendimento esse aumento da massa salarial não estava devidamente contemplado com outros elementos que traduziam o aumento real de despesa. Quanto aos pareceres, desde que ouviu dizer que um parecer jurídico foi depois submetido a pareceres da CCDRN já estava por tudo, pareceres que depois irão ser analisados, para saber se estavam ou não bem parecidos. Que em relação a isto, custasse o que custasse, a posição do PSD, gostasse ou não, iriam cá estar para prestarem contas ao eleitorado. Que reiterava a proposta que tinha feito, ou a uma entidade externa, que por lei tivesse o direito para auditar o Planeamento de Saneamento Financeiro, se garantissem, que não haverá legalidade cá estariam, caso contrário de outra forma a bancada do Grupo Municipal do PSD votará contra.***

_____ Usou da palavra o Membro Prof. Daniel que referiu que ainda hoje o Senhor Presidente da Câmara disse que a diminuição da dívida em grande parte foi pelo esforço dos funcionários, ou seja conforme estava estruturada a Autarquia a nível de serviços tinha permitido a diminuição da dívida, porque deveria mexer? Sabiam que a relação, já de há muitos anos, na altura era vereador, com os funcionários não era muito saudável, mas parecia-lhe que naquele momento estavam a trabalhar bem, face aos objectivos que foram delineados. Depois não nos fizessem de ingénuos a dizer que se calhar iriam aprovar um mapa de pessoal que não ia ser preenchido, então o que andavamos a fazer aqui?***

_____ O Senhor Presidente da Mesa solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que se possível se munisse de um parecer idóneo, credível, e que deste facto este documento não violava o Planeamento de Saneamento Financeiro, pois era gravíssimo. Foi aprovado na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, foi ao Senhor Ministro das Finanças, e visado ao Tribunal de Contas, porque como Presidente da Assembleia Municipal estava numa situação muito delicada, porque no D.L. 38/2000 no artº. 7º. diz : “*Incumprimento do Planeamento Financeiro, e que no caso de incumprimento do Planeamento*

*Financeiro aplica-se o disposto no nº. 5 do artº. 40 da Lei das Finanças Locais que refere que o incumprimento do Planeamento Financeiro é comunicado pela Assembleia Municipal ao Ministro das Finanças, e ao Ministro que tutela as autarquias locais e, até à correção das causas que lhe deram origem, determina: a) A impossibilidade de contracção de novos empréstimos durante um período de cinco anos; b) A impossibilidade de acesso à cooperação técnica e financeira com a administração central.” Referiu que de facto violava o Plano Financeiro visado pelo Tribunal de Contas no dia 04/03/2011, e senão entregassem informação de uma entidade idónea, teria de votar contra.****

_____ Usou da palavra o Vereador José Manuel Carvalho que se referiu às intervenções do Dr. Pedro e Dr. Rocha Pereira e que essencialmente se centravam na leitura que faziam com que a aprovação deste Mapa de Pessoal poderia violar o Planeamento já aprovado. Alertavam para um documento que não tinha forma de lei, era uma das medidas que estava prevista tinha a ver com a redução do pessoal, dos cargos de chefias na administração local e ainda centravam-se se haveria ou não despesa. Que em relação a isso relembrou dois aspectos que tinha feito na sua intervenção inicial mas queria explanar melhor. Que o que estava em causa no mapa de pessoal tinha a ver com a questão de haver ou não aumento das novas admissões ou das alterações às divisões existentes no Município. Na sua opinião só havia uma alteração de fundo que tinha a ver com a criação da Divisão da Gestão Financeira, Que no Relatório da auditoria da Inspecção Geral de Finanças, referia o seguinte: “ ...os balanços de Castelo de Paiva não reflectem com inteira fidelidade a situação financeira, sendo de realçar a materialidade das omissões a nível do passivo exigível... “ Disse ainda que “...havia insuficiência ao nível dos procedimentos contabilísticos, com repercussões ao nível da qualidade e fiabilidade da informação financeira do município, nomeadamente a não utilização da forma sistemática das contas de compromissos de exercícios futuros, um incumprimento generalizado do princípio de especialização de exercício, a falta de actualização de contas de facturas de recepção e conferência, a não implementação da contabilidade de custos. Que havia uma inexisteência clara de procedimentos de controlo interno instituídos na área do endividamento

Municipal do immobilizado e de existências...” Portanto apontava uma série de insuficiências ao nível do tratamento financeiro e contabilístico. Referiu-se e deu conhecimento das recomendações do Tribunal de Contas de haver necessidade de rigor financeiro, e acima de tudo haver implementação de procedimentos que tendencialmente melhorassem a prestação das contas do Município. Que em relação ao Memorando da TROIKA não tinha forma de lei, ainda não sabia qual seria a metodologia que iria ser assumida em forma de lei, poderia ser eventualmente proporcional aos cargos existentes no Municípios. Que não se poderia especular o que iria ser no futuro. Quanto à questão do Planeamento de Saneamento Financeiro, na sua opinião não havia, aumento de despesa com o pessoal, e não havia incumprimento em relação a isso, que eram as metas traçadas no Planeamento de Saneamento Financeiro. Que no Planeamento de Saneamento Financeiro em relação ao pessoal disse que deverá haver nas medidas a implementar além da redução das ajudas de custos e de formação, deverá haver uma redução de cinco pessoas. O Município em 2010 e 2011 já reduziu o Mapa de Pessoal, e quatro pessoas pediram a aposentação, e a informação que tinha era que já tinha sido pedido a aposentação de uma outra pessoa. Que claramente estavam a caminho para a redução como estava no mapa de pessoal e não havia claramente violação do Planeamento de Saneamento Financeiro. Que o que estava em causa era a aprovação do mapa de pessoal sobre o modelo que tinha sido aprovado na Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Que as opções que tinham sido definidas ao longo dos muitos anos em relação ao Mapa do Pessoal e também às divisões desta autarquia eram o entendimento que tinham sobre a melhor forma do trabalho dentro da Autarquia e de responder aos municíipes. Que esta opção que estavam agora a propor era a melhor para responderem melhor às solicitações de trabalho e também a melhor resposta para os Municíipes.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para referir que não punha em causa as opções políticas, e que o que se tinha passado em Dezembro aquando da aprovação no mês de Abril era completamente diferente no espaço de três meses temos a TROIKA à perna e estávamos com um espartilho que é o Planeamento Saneamento Financeiro e até

agora ainda não tinham mostrado porque era que a despesa não aumentava, e por isso solicitava novamente que consultassem uma entidade idónea que pudesse emitir parecer idóneo.***

____ Usou da palavra o Senhor Vereador José Manuel Carvalho para referir que não havia aumento de despesa e que o estava em causa era as Divisões criadas e as respectivas chefias, e que só iria falar nas novas chefias. Quanto à Divisão de Administração Financeira a ocupação teria que ser feita de forma transitória e alguém da Câmara, que iria auferir um vencimento superior ao que aferia neste momento, pois neste momento tinha um vencimento de técnico superior e iria ter um vencimento de Chefe de Divisão, assim como as respectivas regalias. Como já tinha referido, considerando apenas os valores considerados com os aposentados no ano de 2011, tinham uma redução que era mais do que o dobro daquilo que seria o eventual custo com o diferencial de um técnico superior para uma Chefe de Divisão, incluindo também os custos previstos com os cargos sociais.***

____ O Senhor Presidente da Mesa solicitou esclarecimentos ao Senhor Vereador relativamente aos aposentados se já não estavam incluídos no Planeamento de Saneamento Financeiro para a redução de custos com o pessoal, e que não poderiam constar nos dois lados, e mais uma vez solicitou que se pedisse um parecer idóneo a uma entidade igualmente idónea.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para referir que à Mesa competia presidir e não condicionar os trabalhos. Apelou à eficácia da Assembleia Municipal porque já tinha percebido que o PSD não queria votar e queriam um parecer. Já tinha percebido que o que estavam a fazer era um boicote. Que queria saber se seria possível uma aprovação com duas condições, que a Câmara Municipal ficasse absolutamente impedida de ultrapassar o que estava orçamentado com admissões ou promoções. Que um quadro de pessoal não geria só por si despesas e que o actualmente em vigor não estava totalmente preenchido, pois havia lugares vagos. Que a Câmara Municipal não poderia ser impedida de fazer a sua gestão e apelou à Assembleia Municipal que não impedisse a Câmara Municipal, pois tinha sido eleita para gerir, e

que garantia que a simples aprovação do plano não violava lei nenhuma do orçamento.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado para referir que o PSD rejeitava e devolvia à origem qualquer acusação de boicote do que quer que fosse. Que ninguém podia a coberto de promessas querer condicionar a actividade política do PSD dentro daquela Casa. Que não poderia aceitar que a coberto de sequer um compromisso, que não haveria garantias que fosse exequível e se quisesse condicionar a bancada do Grupo Municipal. Que quem não devia não temia, então deveria pedir-se um parecer. Que não disseram que não votavam, queriam era ter uma certeza da legalidade. Se fossem esclarecidos nas dúvidas que tinham cá estariam para analisar noutra perspectiva se fosse caso disso. Quanto à intervenção do Senhor Vereador José Manuel Carvalho, percebeu perfeitamente a citação dos dois documentos que tinha feito, só que não deveria era retirá-los do contexto temporal, financeiro e económico em que foi dito e escrito, e o momento que estávamos agora a viver, pois reportavam-se a uma data de 2007 e a realidade era outra. Quanto ao malfadado documento do memorando da TROIKA, já o tinha lido e ficou incomodado, mas sabia que foram assinados por três partidos e infelizmente era para cumprir. Que a posição do Grupo Municipal do PSD nesta Assembleia, assim como a sua postura já a tinham anunciado, não disseram que não votavam, queriam era ter a certeza daquilo que estavam a fazer, e se lhe dessem essas certezas, cá estariam.**

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que não traria um documento que pusesse em causa o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro. Que as questões de natureza pessoal, processos que aconteceram, não eram matéria do âmbito do Quadro de Pessoal. Que as opções que tinha tomado, e que já eram do conhecimento público, eram da inteira responsabilidade do Executivo que liderava. Que ninguém tinha falado do relatório que tinha de ser apresentado do Planeamento de Saneamento Financeiro e que teria de ser cumprido. Que considerava essencial ter uma pessoa responsável na área financeira, e não era só por recomendações que o Tribunal de Contas tinha transmitido à Câmara Municipal, e se tinham

números para apresentar devia-se ao trabalho de algumas pessoas nesta casa, e que tinha de colocar as pessoas certas nos lugares certos. Não se tratava de perseguir ninguém em particular, sabiam que as pessoas que estavam escolhidas para cada uma destas chefias tinham as suas tendências político partidárias, e eram todas elas respeitadas e confiavam naquelas pessoas. Que não estavam ali para ir contra a Lei, e se assumiram estas responsabilidades estavam aqui para as cumprir. Que em Dezembro último foi explanado de forma muito simples, e ninguém tinha levantado problema nenhum, e agora estavam aqui envoltos numa polémica porque exprimido se traduzia em zero. Estava convicto que com a proposta que tinha apresentado hoje, iríamos ser muito melhores do que já éramos, se porventura falhasse, assumiria a responsabilidade.***

____ O Senhor Presidente da Mesa interrompeu a sessão concedendo um intervalo de cinco minutos.***

____ Retomada a sessão o Senhor Presidente da Mesa procedeu à votação do mapa de pessoal e primeira revisão ao orçamento e GOP'S, tendo sido o mesmo rejeitado por maioria com 15 votos contra, e 14 votos a favor, nos seguintes termos: **Votaram contra:** Do Partido CDS - Manuel António da Rocha Pereira; Do Partido Social Democrata: Nuno Miguel da Silva e Sousa, António Filipe Moura Fernandes, José Vieira Pinto, Alfredo Trindade da Rocha, Daniel António Correia Mendes da Rocha, José António da Silva Rocha, António Pedro Maldonado Martins Carvalho, Ilda Maria Cardoso Valente, João Fernando Barbosa Dias, José Manuel Lopes de Almeida, Manuel Duarte Mendes, Gina Maria Silva Moreira, Maria da Graça Soares de Sousa, Carlos Alberto Barbosa Moreira. **Votaram a favor :** Do PSD - Carlos Alberto do Carmo Teixeira, José Pinto Miguel. Do Partido Socialista - Abel Duarte Barbosa, António Gouveia Coelho, António Silva Pinto, Arlindo Manuel Sousa Alves, Artur José Freitas de Sousa, Giselda Martins de Sousa Neves, Joaquim Luís Vieira Martins, Maria Celeste José dos Santos, Jorge Humberto Castro Rocha Quintas, José António da Costa Moreira da Rocha, José Vieira Gonçalves, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro.***

____No momento da votação, ausentou-se da sala o Senhor José António Santos Vilela.***

PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. ***

____ Interveio o Senhor Almiro Moreira para referir novamente que o Regimento da Assembleia Municipal não estava actualizado no site da Câmara, e conforme a Lei das Finanças Locais as Contas de Gerência de 2009 deveriam estar também no site.***

____ Usou da palavra o Senhor Vereador Dr. Paulo Teixeira que referiu que tinham solicitado quantos eram os efectivos que aumentavam neste Quadro de Pessoal, e que tinha feito as contas para o ano de 2011 e seguintes e que aumentava substancialmente a dívida da Câmara Municipal com as despesas de pessoal, e que violava o Plano de Saneamento Financeiro e a Lei das Finanças Locais, e como Vereador da Câmara Municipal iria participar ao Tribunal de Contas qualquer que fosse a deliberação da Assembleia Municipal. Que tinha solicitado despachos de nomeação ao Senhor Presidente da Câmara e que não tinham sido facultados aos Vereadores, e a prova disso era o que vinha publicado no Diário da República que uma Técnica superior que recebia 1.534,00€ passou a ganhar 2.613,00€, mais grave ainda era que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito aqui, quem iria preencher os lugares, quando estes são concursos públicos, internos e externos.***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que o Senhor Vereador tinha acabado de proferir uma grande mentira, iria abrir um concurso, mas as pessoas seriam nomeadas durante um ano e depois seria aberto um concurso conforme a lei.***

_____O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrado o Período de Intervenção do Públ...co. ***

____ Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, pelas 01 horas e 30 minutos, dela se lavrando a presente acta que foi aprovada em minuta, por unanimidade, nos termos do artigo 92.^º da Lei n.^º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos. ***

____E eu Assistente Técnico da
Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a redigi e subscrevi. ***
O Presidente, _____

O 1.º Secretário, _____
O 2.º Secretário, _____